

## Linguística do Texto e do Discurso e Linguística Aplicada: Fronteiras e possíveis aproximações

### Text and Discourse Linguistics and Applied Linguistics: Borders and possible approaches

**BANDEIRA, BRUNA**  
bruna\_bandeira@hotmail.com

Mestra em Linguística pela UFPE (Brasil), doutoranda em Linguística pela NOVA FCSH, sob orientação da Profa. Dra. Maria Antónia Coutinho, e bolsista da FCT (número de referência 2020.07501.BD), fundação que tem apoiado financeiramente este estudo.

**PALAVRAS-CHAVE:**  
Texto;  
Enunciação;  
Discurso;  
Inter/trans(in)disciplinari-  
dade;  
Epistemologias de fronteira.

**RESUMO:** Este artigo reflete sobre duas grandes disciplinas da Linguística para identificar os limites e as confluências de seu escopo de atuação. De um lado, a chamada Linguística do Texto e do Discurso tem produzido um amplo trabalho de reflexão sobre as práticas linguísticas baseadas na produção e recepção de textos/discursos. De outro lado, a Linguística Aplicada tem investigado problemas socialmente relevantes relacionados às diversas formas de uso da linguagem. Em ambas, portanto, o objeto de análise é a língua em uso. Nesse sentido, este artigo pretende delinear fronteiras e possíveis aproximações entre essas duas disciplinas, evidenciando como pesquisas linguísticas situadas em epistemologias de fronteira podem se apoiar em ambas, beneficiando-se de suas contribuições e igualmente contribuindo para um avanço recíproco. Para isso, este estudo apoia-se principalmente nas reflexões de Coutinho (2019), Miranda (2010), Maingueneau (2005), Koch (2004), Bentes (2001), Moita Lopes (2009), Fabrício (2006), Celani (2004) e Rajagopalan (2003, 2018).

**KEY-WORDS:**  
Text;  
Enunciation;  
Discourse;  
Inter/trans(in)disciplinary;  
Border epistemologies.

**ABSTRACT:** This paper reflects on two complex disciplines of Linguistics to identify its limits and concurrences. On the one hand, the so-called Linguistics of Text and Discourse has produced wide-ranging reflections on linguistic practices based on the production and reception theory of texts and discourses. On the other hand, Applied Linguistics has investigated social issues related to the different forms of linguistic use. In both fields, the object of analysis is the language in use. This paper intends to outline possible boundaries as well as simultaneity between these two disciplines. The purpose is to show how linguistic researches situated in border epistemologies can rely on both trends, benefiting from their approaches while also contributing to a reciprocal advance. For this purpose, this study is based mainly on the reflections of Coutinho (2019), Miranda (2010), Maingueneau (2005), Koch (2004), Bentes (2001), Moita Lopes (2009), Fabrício (2006), Celani (2004) e Rajagopalan (2003, 2018).

## INTRODUÇÃO

Este artigo propõe-se o desafio de discorrer sobre duas disciplinas<sup>1</sup> demasiado complexas em um espaço relativamente limitado de discussão como o que se apresenta. Contudo, há um propósito claro ao propor traçar fronteiras e aproximações entre a Linguística do Texto e do Discurso (LTD) e a Linguística Aplicada (LA): tentar delinear possíveis congruências entre elas, evidenciando como pesquisas linguísticas situadas em epistemologias de fronteira podem se apoiar em ambas, beneficiando-se de suas contribuições e igualmente contribuindo para um avanço recíproco.

Em tempos em que a inter, multi e a transversalidade reinam nos mais diferentes discursos das mais diversas esferas da atividade humana, é importante colocá-las em prática também, e talvez principalmente, no fazer ciência. Exaltar tais valores não significa propor a extinção de uma das disciplinas nem a fusão de ambas, e sim demonstrar que os problemas que lhes são comuns podem ser mais bem solucionados se se aceitarem contribuições que não sejam conflitantes, mas antes complementares. De acordo com Fonseca (1994):

A garantia de especificidade de uma disciplina não reside, como muitas vezes se crê e pratica, no simples traçar de fronteiras rígidas a demarcar os temas de que pode ocupar-se; reside antes no facto de que pode abordar problemas comuns a outras disciplinas sem deixar de o fazer de acordo com a sua perspectiva própria. (Fonseca, 1994, p. 88)

Não será feita, portanto, a defesa de que a LTD ou a LA não tenham perspectivas próprias. Apenas tentar-se-á mostrar como em alguns pontos essas perspectivas podem confluír para a solução de problemas comuns. O objetivo deste artigo é, portanto, traçar fronteiras e possíveis aproximações entre essas duas disciplinas, procurando demonstrar em que medida elas podem se beneficiar reciprocamente e, em simultâneo, fazer avançar cada uma na sua especialidade.

Com esse propósito, metodologicamente este artigo procede a uma retomada teórico-diacrônica de ambas as disciplinas e, posteriormente, a uma análise qualitativa de al-

1. Considera-se neste artigo *disciplina* como um espaço social de legitimação do conhecimento e, ao mesmo tempo, um lugar lógico de construção de argumentos. De acordo com Maingueneau (2005, p. 89): “As disciplinas são indissociáveis de comunidades de investigadores que partilham interesses comuns, trocam informações, participam de forma privilegiada nos mesmos acontecimentos (colóquios, mesas redondas, jornadas de estudo, júris de tese, ...) e figuram nas mesmas redes de referências bibliográficas”.

2. Sabe-se que, em certos contextos acadêmicos e científicos, pode-se considerar que a LTD não corresponde propriamente a uma área disciplinar (monolítica), mas a um enquadramento de teorias e abordagens tidas como relevantes e mesmo necessárias para dar conta dos objetos que são os textos e os discursos, como é o caso da Linguística Textual, das Teorias da Enunciação e das Análises do Discurso de linha francesa ou inglesa, por exemplo. Mas, conforme explicitado na nota de rodapé 1, este artigo optou por considerá-la como um lugar social de legitimação do conhecimento sobre esses objetos de investigação, portanto como uma disciplina.

3. Poderiam ser consideradas, obviamente, outras escolas/teorias, nomeadamente a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF). No entanto, essa escola, embora tenha inequívocos pontos de contato com as perspectivas referidas (LT, TE e AD), apresenta-se sobretudo como uma escola (no sentido forte de escola “autônoma”, se assim se pode dizer). Veja-se, por exemplo, como a Análise Crítica do Discurso ou a Análise Multimodal do Discurso, que poderiam ser também perspectivas a ter em conta, correspondem, em última análise, a correntes que se autodenominam da LSF.

guns objetos de investigação da LTD e da LA e de algumas linhas de pesquisa de cursos de pós-graduação da LA brasileiros para tentar delinear fronteiras e possíveis aproximações. Dito de outro modo, primeiramente esboça, em forma de breve histórico, os campos de atuação tanto da LTD quanto da LA, evidenciando desde o surgimento até as tendências mais atuais para, somente depois, estabelecer não só as suas especificidades, mas também as suas possíveis zonas de confluência. Tal retomada histórica justifica-se pela importância em se compreender minimamente como tais disciplinas foram concebidas e com quais objetivos, pois somente assim é possível compreender também suas atuais propostas e reconfigurações, ou seja, seu funcionamento mais recente, em tempos de realidades e identidades moventes, ou em constante transição, como será visto mais adiante.

## 1. A LINGUÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO: MÚLTIPLOS ESTUDOS SOBRE O USO DA LÍNGUA

O que hoje se consolidou como Linguística do Texto e do Discurso engloba uma série de correntes teóricas que surgiram com uma intenção comum: a de alargar os estudos linguísticos para além dos limites da frase, chegando ao objeto texto ou discurso. No entanto, a depender da perspectiva teórica, a própria definição de *texto e discurso* pode ser bastante díspare e essas diferenças nem sempre ficam tão claras.

Nesse sentido, uma breve retrospectiva histórica ajuda a compreender a consolidação da LTD e as atuais tendências e movimentos epistemológicos surgidos dentro dessa disciplina<sup>2</sup>. Sem a preocupação de traçar uma cronologia exata - até porque muitas reflexões são concomitantes, algumas perduram até hoje e outras atravessam certas discontinuidades -, o que por ora será apresentado é um resumo de algumas das principais ideias e teóricos tanto da Linguística Textual (LT) quanto das Teorias Enunciativas (TE) e da Análise do Discurso de linha francesa (AD)<sup>3</sup> para que depois sejam apresentadas algumas tendências hodiernas a serem postas em confronto com as advindas da LA.

A LT surge na Holanda e na Alemanha no final dos anos 1960, inicialmente com a preocupação da *análise transfrásica*, isto é, de explicar “fenômenos que não conseguiam ser explicados pelas teorias sintáticas e/ou pelas teorias semânticas que ficassem limitados ao nível da frase” (Bentes, 2001, p. 247), como a anáfora, as propriedades textuais do artigo e o problema da elipse ou da repetição. Linguistas como Halliday e Hasan (1976), por exemplo, partiam da frase para o texto observando as relações semânticas entre termos lexicais.

Neste âmbito [no quadro da perspectiva funcional da frase], constitui obra de referência *Cohesion in English* – que Halliday e Hasan publicam em 1976. Entendida como uma relação semântica que se verifica em qualquer texto, a coesão corresponde, para os autores, a uma componente essencial da textura (“texture”), sem a qual, em vez de *texto*, haveria antes um “não-texto”. (Coutinho, 2019, p. 28)

Todavia, a ausência de uma abordagem enunciativo-pragmática levou a uma insuficiência dessa noção de *coesão* e logo percebeu-se que as relações semânticas entre termos lexicais eram impossíveis de serem traçadas porque assim estar-se-ia condenando o texto a “uma simples soma de significantes das frases que o constituem” (Bentes, 2001, p. 249). Surgem, portanto, na década de 1970 os projetos das *gramáticas textuais*, nos quais os pressupostos gerativistas exerceram grande influência, sobretudo pelas consequências da noção de *competência textual*. Nesse momento, quando o texto era tomado como sistema fechado passível de explicação, o discurso, ao contrário, era percebido como uma “unidade funcional”:

[...] as primeiras gramáticas textuais representaram um projeto de reconstrução do texto como um sistema uniforme, estável e abstrato. Neste período, postulava-se o *texto* como unidade teórica formalmente construída, em oposição ao *discurso*, unidade funcional, comunicativa e intersubjetivamente construída. (Bentes, 2001, p. 249) [grifos da autora]

Importava então a linguistas textuais como Dressler e van Dijk determinar os princípios de constituição do texto, os fatores responsáveis por sua coerência, as condições em que se manifesta a textualidade; levantar critérios para a sua delimitação; e diferenciar as várias espécies de texto (Koch, 2004). Em última instância, buscava-se identificar e descrever as condições de

uma boa formação textual. O texto, diferente do discurso, era, assim, um sistema uniforme e estável, passível de ser segmentado e dentro do qual cada categoria linguística desempenharia um papel. Nesse sentido, destacam-se os estudos de Beaugrande (1980) e Beaugrande & Dressler (1981) sobre os conhecidos sete critérios da textualidade: por um lado, as propriedades centradas nos sujeitos, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade; por outro, as centradas no próprio texto, coesão e coerência. Esta última propriedade, aliás, é destacada das demais pelos autores, que a consideram como resultado da construção dos sujeitos em situações de comunicação, o que para Koch (2004) contribuiu para uma visão cognitivista da LT.

Embora algumas dessas perspectivas ainda possam ser encontradas dentro de alguns quadros teóricos da LT (Coutinho, 2019), a preocupação com a pragmática levou à tendência hoje mais consolidada de considerar o contexto como fundamental à noção de texto, dando impulso às chamadas *teorias do texto*, que, de certa forma, inauguram um novo paradigma dentro da LT.

Nota-se, portanto, que é possível traçar *grosso modo* uma distinção entre duas tendências que marcaram o desenvolvimento das “linguísticas textuais”: por um lado, as perspectivas que reduzem o texto a um objecto abstracto definível em termos puramente linguísticos - na acepção mais restrita do termo -, incluindo aqui as Análises Transfrásicas e as Gramáticas Textuais, e por outro lado, as perspectivas que de forma mais ou menos embrionária ou mais ou menos desenvolvida aceitam (e procuram vias para lidar com) a complexidade dos objectos reais que são os textos: as Teorias do Texto. (Miranda, 2010, p. 30)

Tida atualmente como uma “disciplina essencialmente interdisciplinar” (Bentes, 2001, p. 252), buscando apoio, por exemplo, na Sociologia, na Psicologia e na Teoria da Comunicação, a LT toma a produção textual como uma atividade verbal consciente e interacional, isto é, os falantes de uma língua agem por meio de atos de fala com intencionalidades definidas e contando com a participação dos seus interlocutores na compreensão e construção do texto. Ao trabalhar com a construção de sentidos, a LT tem refletido sobre leitura, produção e análise

textual observando o funcionamento da língua em uso com dados autênticos, porém sem uma preocupação descritivista. Elencando algumas posições aceitas por diversas correntes da LT atualmente, Marcuschi (2008) comenta:

A LT dedica-se a domínios mais flutuantes ou dinâmicos, como observa Beaugrande (1977), tais como: a concatenação de enunciados, a produção de sentido, a pragmática, os processos de compreensão, as operações cognitivas, a diferença entre os gêneros textuais, a inserção da linguagem em contextos, o aspecto social e o funcionamento discursivo da língua. Trata-se de uma *linguística da enunciação* em oposição a uma *linguística do enunciado* ou do *significante*. (Marcuschi, 2008, p. 75) [grifos do autor]

Paralelamente a esta última vertente da LT, surge, nos anos 1980 e 1990, uma diversidade de abordagens teóricas que passa a trabalhar com o conceito de *enunciação*. Em comum, está o fato de considerarem o sujeito que enuncia. As chamadas Teorias da Enunciação são, portanto, um conjunto de estudos que veem a língua da perspectiva do sujeito que dela se apropria para se constituir enquanto tal, para falar e dialogar no mundo. São estudos diversos que tentam, cada um a seu modo, compreender as relações entre sujeito, enunciados e sentidos, a exemplo dos desenvolvidos por Bally, Benveniste, Ducrot, Voloshinov, Bakhtin, Authier-Revuz.

Considerado por muitos como o fundador da enunciação enquanto campo de estudo na linguagem em uma época em que ainda prevalecia o estruturalismo<sup>4</sup>, Benveniste (1966, 1974) desenvolve uma teoria que articula estrutura da língua e sujeito, sendo fundamental em sua obra a importância que dá à (inter)subjetividade e às instâncias das pessoas do discurso (o par reversível “eu-tu”). Sobre esse autor, particularmente interessa às reflexões desenvolvidas neste artigo a distinção inicial que fez entre dois planos de enunciação, a *enunciação histórica* e o *discurso*, e sua ulterior revisão.

Para ele, enquanto a enunciação histórica se referia a acontecimentos passados (como se falassem por si sós), o discurso supunha sempre o envolvimento de sujeitos enunciadorees. Nas suas palavras, traduzidas por Coutinho (2019):

4. Sobre a revisão do complexo posicionamento saussuriano e o reconhecimento de sua orientação interacionista social, conferir Coutinho (2019).

É preciso compreender discurso na sua mais larga extensão: qualquer enunciação que suponha um locutor e um ouvinte, e a intenção, por parte do primeiro, de influenciar o segundo de alguma forma (Benveniste, 1966, p. 241-242 *apud* Coutinho, 2019, p. 21).

Mas se discurso designa apenas o “aqui e agora enunciado por alguém”, o que seria então o já enunciado, também por alguém (diga-se), no passado? Seria um “não-discurso”? Certamente o próprio Benveniste (1974) levou a questão em conta quando alargou a concepção de *discurso* em texto posterior, tornando-o inseparável da *enunciação*. “A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso” (Traduzido de Benveniste, 1974, p. 81 *apud* Coutinho, 2019, p. 21). Desta feita, ao considerar o discurso como língua em ação, o autor dá sua contribuição à consolidação de uma *linguística de uso*, em contraposição à chamada *linguística do sistema* até então em voga.

Como aponta Joaquim Fonseca, é possível distinguir dois grandes paradigmas no panorama dos estudos linguísticos, que o autor refere como “Linguística do Sistema e Linguística do Uso/Funcionamento do Sistema” (Fonseca, 1994, p. 95). De forma muito sintetizada, podemos dizer que a primeira aparece metodologicamente vinculada ao princípio de imanência: abstraindo de quaisquer valores contextuais, pretende dar conta do plano estritamente linguístico. A segunda, que rejeita o princípio da imanência, está associada à descrição das produções linguísticas em contexto - ficando por isso em análise, também, a componente comunicacional que lhes é inerente. (Coutinho, 2019, pp. 19-20)

Porém, se as TE de uma forma geral deram seu contributo (e sem dúvida, continuam dando) no sentido de ultrapassar os limites da *linguística do sistema* por remeter à linguagem assumida pelo sujeito falante - ou, em outras palavras, por considerarem que, através das marcas linguísticas, os sujeitos se inscrevem na língua -, as chamadas Análises do Discurso estenderam ainda mais esses limites ao reconhecer o processo histórico e ideológico em que os sujeitos constituem seus discursos e, por isso mesmo, a língua.

Igualmente diversas e complexas, as Análises do Discurso englobam uma série de investigações sob variadas perspectivas linguísticas, que compartilham a percepção de que, no discurso, os sentidos se constituem através da língua na sua relação com a exterioridade e a historicidade

ou, melhor dizendo, o sujeito do discurso se apropria dos sentidos a partir de determinada condição de produção. Na impossibilidade de dar conta de tamanha diversidade de vertentes teóricas, este artigo foca na AD de linha francesa<sup>5</sup> (doravante AD), em que se pode destacar o contributo fundador de Michel Pêcheux. Esse autor considera o *discurso*, que se materializa no texto pela língua, como o efeito de sentido entre os lugares ocupados pelos sujeitos. Dessa forma, na perspectiva da AD, pode-se dizer que o texto é uma unidade de análise; e o discurso, o objeto dessa análise.

A noção de sujeito na AD é distinta da encontrada nas TE. Para estas, o sujeito enunciador é consciente e estrategista, controlando de alguma forma o que diz. Já para a AD, o sujeito apenas imagina-se como dono do próprio dizer, pois é interpelado pela ideologia e pelo inconsciente. De maneira não intencional, esse sujeito da AD produz discursos através da apropriação de elementos do interdiscurso (os já-ditos), mostrando sua adesão a determinada formação discursiva (FD). Ao analista do discurso cabe, portanto, interpretar saberes aos quais esse sujeito se vincula por meio da FD da qual participa.

Para defender que o sujeito não é a fonte nem a origem do que diz, Pêcheux (1975) formula a teoria dos dois esquecimentos, segundo a qual o sujeito esquece que seu discurso é produzido em relação ao já-dito, ao pré-construído, e acredita que é ele próprio o ponto de partida do que diz (esquecimento número 1); e tem a ilusão de que pode expressar, na materialidade linguística, exatamente o que tem a intenção de dizer, ignorando os elementos da ordem do inconsciente e da ideologia, que se cruzam em seu discurso, tecendo uma rede de sentidos (esquecimento número 2).

Antes de concluir este tópico, cabe um esclarecimento fundamental, uma vez que uma leitura desatenta desse breve retrospecto pode levar a entender que a noção de *texto* estaria somente para a LT, a de *enunciado* para as TE, assim como a de *discurso* estaria somente para a AD. Todavia, como se tentou argumentar no início deste artigo, tais conceitos são usados sob perspectivas diversas dentro da “fronteira” da LTD.

5. Além da AD francesa, existem diversos estudos da chamada AD anglo-americana, cujo principal expoente é Harris e que, de certo modo, possuem uma perspectiva mais intervencionista sobre o discurso.



Estas três noções têm, como sabemos, desenvolvimentos históricos de certa forma paralelos (uma vez que os trabalhos textuais, enunciativos e discursivos podem ser observados como classes de abordagens diferenciadas e com percursos próprios), mas apresentam, porém, cruzamentos indiscutíveis. (Miranda, 2010, p. 56)

Nesse sentido, este artigo pretende reforçar a convicção de que as noções de *texto*, *enunciação* e *discurso* continuam ainda hoje a não ser completamente consensuais (conforme evidencia a bibliografia selecionada) e ensinam, por vezes, até mesmo contradições. Porém, do ponto de vista científico, acredita-se que importa conhecer as diferentes possibilidades de forma que se possa lidar com elas de modo claro e sem ambiguidade e que se possa fazer opções e mantê-las coerentemente.

Uma breve problematização a respeito das noções de *texto* e *discurso* será apresentada neste espaço a título de exemplificação da complexidade do tema e na tentativa de eliminar uma leitura não autorizada pelo que aqui se expõe. A conhecida fórmula proposta por Adam em 1990 - discurso = texto + condições de produção, ou texto = discurso - condições de produção - é base, como se sabe, para uma série de reflexões da LT, principalmente nas fases da análise transfrásica e das gramáticas de texto, que tomam o texto como uma estrutura linguística independente dos contextos de uso<sup>6</sup>. No entanto, de acordo com Coutinho (2019), também a AD se insere nessa perspectiva:

De uma forma geral, e apesar de se inscreverem num paradigma de linguística do uso, também as perspectivas de Análise do discurso (de linha francesa) e a própria Linguística do texto tendem a considerar o texto como um objeto (estritamente) linguístico: os discursos, enquanto práticas socio-historicamente estabelecidas, deixam-se apreender através da materialidade linguística dos textos (orais ou escritos). Compreende-se, neste posicionamento, o esforço para dissociar texto e discurso, atribuindo ao segundo o caráter extralinguístico (contextual e socio-histórico) e reservando ao primeiro o estatuto de objeto (estritamente) linguístico. (Coutinho, 2019, p. 29)

Para a autora, mesmo na igualmente conhecida reformulação de Adam (1999), que tenta colocar o texto no campo das práticas discursivas, considerando portanto o contexto dentro

6. Representam uma “descontinuidade” nesse retrospecto as reflexões sobre texto de P. Hartmann e S. Schmidt, conforme atesta Coutinho (2019).

do conjunto mais amplo chamado *discurso*, “o texto permanece como a materialidade linguística da comunicação (ainda que não amputada do contexto em que ocorre)” (Coutinho, 2019, p. 31). Assim, mantém-se a distinção discurso (prática contextualizada) *versus* texto (objeto linguístico).

Como não cabem neste espaço reflexões mais aprofundadas sobre o tema, resta apenas concordar com Marcuschi (2008, p. 81), para quem “não é interessante distinguir *rigidamente* entre texto e discurso, pois a tendência atual é ver um contínuo entre ambos com uma espécie de condicionamento mútuo” (grifo meu). E ainda mais, atestar que não somente os conceitos em si são “confundidos”, como também as próprias correntes teóricas LT e AD.

Sabe-se que “a análise do discurso é um domínio de investigação cada vez mais activo no mundo inteiro” (Maingueneau, 2005, p. 83), porém ainda é comum confundi-la com a LT ou mesmo estabelecer uma falsa oposição entre ela e a linguística limitada à frase, como se todo estudo que tomasse em conta o contexto da enunciação pudesse ser enquadrado na AD. Por isso, esclarece Maingueneau (2005), o discurso não é “um objeto empírico dado” única e exclusivamente à AD, afinal outras disciplinas também se ocupam dele, olhando-o obviamente por outros prismas, como a Sociolinguística, a Retórica (estudo da argumentação) e a Análise Conversacional, por exemplo. Assim,

[...] é preciso não confundir a nebulosa da *linguística do discurso* com a *análise do discurso*, sendo a segunda apenas uma das componentes da primeira. O interesse que preside à análise do discurso é apreender o discurso como intricação de um texto e de um lugar social: o seu objecto não é nem a organização textual nem a situação de comunicação, mas o que as liga através de um modo de enunciação específico. Pensar os lugares independentemente das palavras que eles tornam possíveis e que as tornam possíveis, ou pensar as palavras independentemente dos lugares de que são parte integrante, seria ficar aquém das exigências que fundam a análise do discurso, na medida em que os dispositivos enunciativos se relacionam ao mesmo tempo com o verbal e com o institucional. (Maingueneau, 2005, p. 85)

Feitos tais esclarecimentos, é chegado o momento de aproximação da outra grande disciplina objeto de reflexão neste artigo: a Linguística Aplicada.

## **2. A LINGUÍSTICA APLICADA: MÚLTIPLAS TEORIAS E PRÁTICAS SOBRE/PARA A LINGUAGEM**

Não se pode ignorar que temas referentes ao ensino de línguas foram uma preocupação constante desde tempos imemoriais. Especula-se, por exemplo, que o primeiro compêndio teorizando sobre o assunto tenha sido escrito em 1632 por Jan Amos Comenius no livro *O portão destrancado das línguas*. No entanto, no campo da Linguística, voltando seu interesse inicial ao desenvolvimento de materiais para o ensino de línguas, principalmente estrangeiras, a Linguística Aplicada tem sua origem nos anos 1940, durante a Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Rees-Miller (2003), o termo Linguística Aplicada data dos anos 40 do século passado nos Estados Unidos e já era associado ao ensino e aprendizagem de língua, com papel fundamental da Universidade de Michigan e a publicação do periódico *Language Learning: a Journal of Applied Linguistics* (Magalhães, 2019, p. 753).

O fato é que o ensino de línguas é um campo de investigação antigo e bastante fértil e, embora tenha sido a base da LA, hoje não é mais a sua única preocupação. Moita Lopes (2009) mostra como a LA evoluiu da “aplicação da Linguística” à “Linguística Aplicada indisciplinar”, traçando um percurso que vai desde o seu surgimento até sua consolidação e atual estado de renovação. Essa disciplina se inicia, para o autor, como resultado dos avanços da Linguística enquanto ciência no século XX, época em que o estruturalismo exercia influência também sobre outras áreas das ciências humanas, a exemplo da Antropologia, da Semiologia e da Literatura. Já nos anos 1960, seu foco de interesse se amplia para questões relativas à tradução. Daí decorrem duas compreensões para a concepção inicial da LA como “aplicação da Linguística”, de igual modo como vinha ocorrendo com a aplicação do estruturalismo em outras ciências: de um lado, aplicava-se a Linguística à descrição das línguas; e de outro, ao ensino de línguas, notadamente estrangeiras, com prevalência do inglês.

Tal concepção “aplicacionista” perdurou ainda com o advento da Linguística Gerativo-Transformacional, durante os anos 1970 e início dos anos 1980, a despeito do ceticismo de sua validade para o ensino assumida pelo próprio fundador de tal teoria. No final dos anos 1970, Widdowson (1979), ao escrever alguns artigos em *Explorations in Applied Linguistics*, propõe a independência da LA, defendendo a necessidade de uma teoria linguística para a LA e marcando o que Moita Lopes (2009) chama de “primeira virada: da aplicação da Linguística à Linguística Aplicada”. Na verdade, o que Widdowson propunha era que a LA fosse uma área de mediação entre a teoria linguística e o ensino de línguas, reconhecendo ainda que os tipos de conhecimentos importantes para a investigação dos processos de ensino necessitavam ir além do que a Linguística (tanto do sistema como do uso) podia oferecer, recorrendo, por exemplo, à Psicologia Cognitiva e à Sociologia, daí a percepção da relevância da interdisciplinaridade.

De qualquer forma, antes dessa “primeira virada”, os estudos da LA estavam totalmente apoiados nos desenvolvidos pela Linguística, afinal “[...] era perfeitamente compreensível na época (e, do ponto de vista estratégico, até justificável) que os primeiros linguistas aplicados buscassem se apoiar na linguística teórica ou linguística geral” (Rajagopalan, 2003, pp. 77-78). A aura de “ciência” de que era revestida a Linguística garantia vultosas quantias investidas em pesquisas na área durante as décadas de 1960 e 1970, sobretudo nos Estados Unidos. Hoje sabe-se que, por trás desse investimento, estava a esperança de que tais pesquisas contribuíssem de alguma forma com os interesses estratégicos e militares do país.

Nos anos 1970-80, surgiram associações como a Associação Internacional de Linguística Aplicada (AILA), mais precisamente em 1973, e publicações como a *Applied Linguistics* (1980), o que levaria o campo de atuação da LA para além do ensino de língua. “No Brasil, há uma série de artigos publicados nos anos 1980-90, quando se pode dizer que a LA brasileira começa a tomar força, que seguem tal caminho [da interdisciplinaridade]” (Moita Lopes, 2009, p. 16). Porém, cumpre ressaltar que, apesar do relativo pioneirismo nesse sentido — contemporaneamente, a interdisciplinaridade tornou-se uma espécie de truísmo em várias áreas do conhecimento —, ainda hoje muitos trabalhos em LA carecem dessa orientação.

Celani (2004) explica que, até bem pouco tempo, a LA era vista como uma disciplina que articulava múltiplos domínios do saber, mantendo um diálogo constante com vários campos do conhecimento que tinham, de algum modo, preocupação com a linguagem, a exemplo da Linguística, Tradução, Filosofia, Psicologia do Desenvolvimento, Análise Crítica do Discurso, Análise do Discurso, Análise da Conversação, Etnografia da Fala, Distúrbios da Comunicação, Pedagogia, História, Ergonomia, Sociolinguística, Comunicação Institucional, Etnografia da Escola, Psicologia Cognitiva, Psicolinguística. Tratava-se, portanto, de uma “integração de saberes” e, por isso, a LA era necessariamente multi/pluri/interdisciplinar.

Para Moita Lopes (2009), esse caráter interdisciplinar só se deu com a chamada “segunda virada”, quando a LA começa a investigar em contextos institucionais diferentes do escolar. Ou seja, quando amplia seu campo de atuação: sai de contextos de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras (principalmente o inglês, embora ainda preponderante) e tradução e passa a pesquisar também em contextos de ensino-aprendizagem de língua materna, na área dos letramentos, e de outras disciplinas do currículo, além de outros contextos institucionais em que a linguagem e os problemas dela decorrentes se mostravam essenciais, como mídia, empresas, delegacia de polícia, clínica médica, etc.

A contribuição de teorias socioculturais na linha de Vygotsky, Voloshinov e Bakhtin foram essenciais nesse sentido, uma vez que colocaram a linguagem em um lugar preponderante para se compreender tanto a construção do conhecimento quanto a vida em sociedade. Essa mudança é perceptível nos estudos da LA quando se começa a entender a linguagem como constitutiva da vida institucional e “o interesse passa a ser ‘a situacionalidade cultural, institucional e histórica da ação humana’ (Wertsch, 1991, p. 8), que é levada a termo pelo discurso/interação. Uma percepção que só pode ser incorporada à LA por conta de seu olhar interdisciplinar” (Moita Lopes, 2009, p. 18).

Hoje, sustenta Celani (2004), passamos do caráter interdisciplinar ao transdisciplinar, já que

não se trata mais de uma “integração de saberes”, e sim de uma “interação de saberes” requerida pela LA ao propor um objeto de estudo.

Não se buscam contribuições de outras áreas, mas sim a participação ativa de pesquisadores das áreas envolvidas, a fim de se dar conta da problematização que a abordagem do objeto de estudo proposto provoca em cada área (Serrani, 1990). Novos espaços de conhecimento são gerados, passando-se, assim, da interação das disciplinas à interação dos conceitos e, daí, à interação das metodologias. A transdisciplinaridade se realiza em uma problemática *transversal, através e além* e se dissolve em seu objeto (Faure, 1992) (Celani, 2004, p. 133).

Deriva desse caráter transdisciplinar da LA o surgimento de diversas dificuldades e tensões para os que trabalham com ela. Afinal, desenvolver uma atitude transdisciplinar requer, acima de tudo, abertura de espírito, tolerância e disposição tanto para conviver com a incerteza e o risco quanto para promover a troca e cooperação.

Essa transdisciplinaridade é também objeto de reflexão de outros linguistas aplicados. Moita Lopes (2009) chama de “LA indisciplinar” o que Fabrício (2006) prefere batizar de “LA da desaprendizagem”. O que ambos apontam, no entanto, é para a necessidade de repensar a LA enquanto ciência social à luz de questões que sejam responsivas às práticas sociais vivenciadas atualmente, quando sujeitos sociais experimentam uma hiper-semiotização e uma mobilidade de pessoas, textos, discursos e línguas cada vez maior, graças a mudanças tecnológicas, culturais, econômicas e históricas.

Para Moita Lopes (2009), essas fronteiras fluidas da “modernidade recente” ou “modernidade em transição” (Moita Lopes e Fabrício, 2019) não autorizam, entretanto, a prescindir de teorizações sobre a linguagem, mas mostram que elas podem não vir do campo de estudos linguísticos ou ainda podem ser construídas nos entrecruzamentos disciplinares. O autor também alerta que se deve ter clareza da necessidade de não separar política de pesquisa e que a questão ética deve permear todas as práticas, uma vez que nem todos os significados podem ser tidos como válidos. O principal desafio do “trabalho indisciplinar” é colocado nos seguintes termos:

Atravessar fronteiras no campo do conhecimento, assim como na vida, é expor-se a riscos. Mas um desafio que se deve encarar com humildade e com a alegria de quem quer entender o outro em sua perspectiva. A posição na fronteira é sempre perigosa, já que quem está além da fronteira é aquele que vai se apropriar do nosso conhecimento, vai falseá-lo ou usá-lo incorretamente. Mas ele pode ser também aquele que vai nos fazer refletir, pensar de outra forma ou ver o mundo com um outro olhar. Em sociedades que se constituem cada vez mais de forma mestiça, nômade e híbrida, não seriam as *epistemologias de fronteira* essenciais para compreender tal mundo? (Moita Lopes, 2009, p. 22) [grifo meu]

Fabrício (2006) afirma que vivemos uma época de deslocamentos, desconcertos e constantes transições. Para ela, “existir’ seria existir sempre em movimento, em meio a oscilações entre continuidades e rupturas” (Fabrício, 2006, p. 46). Assim, como pesquisadora da LA, procura responder à questão de como a ideia de trânsito permanente vem afetando as teorizações contemporâneas sobre as práticas discursivas. Para dar conta disso, apoiada em vários autores contemporâneos, lista uma série de fenômenos e características comuns aos nossos tempos, como: transnacionalização das dimensões política e econômica; exacerbação do tripé mercado-técnica-individualismo, geradora de uma sociedade de excessos (sobrecarga de informação, mercadologização da vida social e cultural, hiperindividualismo, onipresença da mídia); compressão espaço-tempo; mescla de discursos e práticas tradicionalmente pertencentes a domínios bem definidos; novas configurações de sujeitos decorrentes das relações de consumo, do imperativo social e moral da imediatividade do prazer, do culto à aparência e ao corpo produtivo, saudável e tecnologizado, da tendência à diminuição da reflexividade e da interioridade como valores; desvalorização de compromissos comunitários e consequente privatização das ações; e crescente declínio e despolitização do espaço público, decorrente do esvaziamento do seu sentido moral.

Assim, a adoção de pontos de vista simplistas e explicações causais não dão mais conta da atual realidade dos fenômenos sociais, complexos por natureza. Por isso, a busca por novas epistemologias para pensar práticas sociais, entre elas (e talvez a principal porque perpassa todas as outras) a discursiva.

O reconhecimento da complexidade dessa “trama movente” que caracteriza os nossos dias vem afetando *parte da produção de conhecimento na área de LA* [...] Esses estudos abordam a linguagem conectada a um conjunto de relações em permanente flutuação, por entender que ela é inseparável das práticas sociais e discursivas que constroem, sustentam ou modificam as capacidades produtivas, cognitivas e desejantes dos atores sociais. Assim, a tendência de muitos estudos contemporâneos em LA é focalizar a linguagem como prática social e observá-la em uso, imbricada em ampla amalgamação de fatores contextuais (Fabrício, 2006, p. 48) [grifos meus]

“Parte da produção de conhecimento” da LA porque a autora leva em conta que alguns trabalhos ainda consideram a linguagem como objeto autônomo (e isso tanto no chamado “núcleo duro” da Linguística quanto na LA), e não imbricado em um conjunto de problematizações que é próprio dos fenômenos sociais. Ao considerar, no entanto, este último posicionamento, qual seja o de encarar a linguagem como prática social, “parte” da LA encontra-se em um momento de revisão de suas bases epistemológicas para dar conta de: estudar também sociedade e cultura porque são parte constitutiva e constituinte da linguagem, considerar as práticas discursivas com suas escolhas ideológicas e políticas produzindo diferentes efeitos no mundo social e levar em conta a multiplicidade de sistemas semióticos em jogo no processo de construção de sentidos.

A reconfiguração da LA como prática reflexiva e interrogadora, segundo Fabrício (2006), demanda uma agenda política, intervencionista/transformadora e ética. Mas, acima de tudo, consciente das naturais persistências e discontinuidades do pensamento científico e, por isso mesmo, atenta para não incorrer na substituição de cânones, ou seja, na “construção de novas certezas” no processo de embate de ideias. E é nesse sentido que alguns trabalhos têm caminhado ao propor a LA como uma prática questionadora “que, assumindo abertamente suas escolhas ideológicas, políticas e éticas, submete a reexame e a estranhamento contínuos não só as suas construções, como também os ‘vestígios’ de práticas modernas, iluministas ou coloniais nela presentes” (Fabrício, 2006, pp. 50-51).



Seguindo esse rumo, muitos trabalhos da LA (Borba, 2016; Freitas e Moita Lopes, 2019; Melo e Moita-Lopes, 2014; Carvalho, 2013; Camargo, 2019), sem desprezar os conhecimentos consagrados, têm voltado seu olhar também para as margens do sistema globalizado, dando voz a negros, homossexuais, mulheres, pobres, migrantes, latino-americanos, organizações “invisíveis”, periferias e países subdesenvolvidos, não para “salvá-los” da exclusão, mas para buscar novas possibilidades de significação e organização da experiência não comprometidas com lógicas e sentidos históricos viciados. Trata-se da LA que aposta no “diálogo transfronteiras”.

Assim como na LTD, dentro da “fronteira” da LA, pela diversidade de estudos que engloba, há uma série de discussões sobre seus limites e confluências. Talvez a maior delas seja justamente em relação ao seu pertencimento (ou não) à própria Linguística (onde estaria situada a LTD). Sobre esse aspecto, opina Rajagopalan (2018):

A Linguística Aplicada, tanto no Brasil como lá fora, já passou da fase de submissão à assim chamada “disciplina mãe”, a Linguística Teórica. Entretanto, vira e mexe, ainda se encontram alguns pesquisadores que não conseguem se desvencilhar completamente das preocupações originais do campo, dentre as quais a vocação para tocar o segundo violão *ad eternum*. Mas, da minha parte, não resta nenhuma dúvida de que a Linguística Aplicada já se encontra plenamente emancipada como um campo em sua plenitude, com sua *raison d'être* assegurada, suas próprias bases onto-epistemológicas e seus próprios critérios de cientificidade. (Rajagopalan, 2018, p. 186)

Sem aprofundar essa questão, cabe esclarecer que a LA surge em uma época em que ainda reinavam ideais positivistas de distância crítica, procura da pureza/verdade e valorização do conhecimento teórico em detrimento de possíveis aplicações práticas. Como foi dito anteriormente, era oportuno que a LA estivesse associada à Linguística. Hoje, no entanto, o entendimento de que esse paradigma moderno precisa ser superado pelas próprias configurações moventes da “modernidade em transição” levou a uma defesa de uma “proximidade crítica” nos estudos da LA. É nesse sentido que Moita Lopes e Fabrício (2019) repudiam o “distanciamento crítico” típico da modernidade.

Entendendo a modernidade como o período da história que começa com os descobrimentos de novos mundos no século XV e XVI, momento no qual a Europa se constitui como tal e se ocidentaliza e orientaliza o outro (Venn, 2000; Saïd, 2007). É possível dizer, então, que a produção do conhecimento nesse período se depara com a ‘outrização’ do mundo. É aqui que processos binários de conhecer e pensar a ‘realidade’ social são articulados. Europeu/não-europeu, moderno/atrasado e civilizado/não-civilizados, por exemplo, figuram entre as muitas dicotomias produzidas no confronto com o ‘outro’ e por sua consequente inferiorização. (Moita Lopes e Fabrício, 2019, p. 713)

Para eles, esse modo de conhecer não tem nada de distância crítica, pois exerce poder sobre a subjetividade do outro, desconsidera de onde provém a produção do conhecimento e naturaliza seus interesses. Ao contrário, a “LA crítica” (e também as epistemologias de fronteira, que serão defendidas mais adiante) assume que o conhecimento vem de algum lugar, sendo o/a pesquisador/a e suas subjetividades fundamentais para as formas de conhecer.

Portanto, assim como não faz mais sentido “pensar que o trabalho prático (ou aplicado) começa onde o teórico acaba” (Rajagopalan, 2003, p. 79) ou mesmo defender a “vazia relação oblíqua entre teoria e aplicação” (Magalhães, 2019, p. 758), acredita-se que também não faz sentido discutir se a LA pertence ou não à disciplina mãe: elas simplesmente coexistem e podem oportunamente coabitar em uma mesma pesquisa.

### **3. AS FRONTEIRAS E POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES**

Ao refletir sobre a ausência de dados que sejam exclusivos da AD, no sentido de que um mesmo *corpus* pode ser estudado por outras disciplinas do discurso, Maingueneau (2005) comenta “De facto, as diferenças entre disciplinas só aparecem quando a investigação se inscreve verdadeiramente numa problemática, traçada pelo interesse que governa a disciplina em causa” (Maingueneau, 2005, p. 86). Assim, prossegue explicando o autor, ainda que um mesmo debate político possa ser objeto de análise de um analista da conversação, um especialista da argumentação e um analista do discurso, por exemplo, cada um irá centrar seu interesse em questões diversas. O primeiro vai focar nas negociações do turno de fala, na preservação das

faces, nos fenômenos paraverbais, etc.; o segundo, no auditório visado, na natureza e no modo de encadeamento dos argumentos, etc; enquanto o terceiro vai se questionar sobre o gênero do discurso, os papéis sócio-dicursivos que ele implica, as relações entre os políticos e o funcionamento do gênero, a composição textual, etc. O que está em jogo, nesse caso, são problemas científicos distintos encontrados em um mesmo objeto.

De forma semelhante, pode-se argumentar que a LTD e LA partilham o mesmo objeto, o texto e/ou o discurso, mas cada uma tentando solucionar problemas distintos. E esse argumento pode ser facilmente defendido... em parte (como se tenta mostrar mais adiante).

De fato, estudos sobre o funcionamento de estruturas linguísticas em textos diversos, as funções de marcas linguístico-dicursivas, as descrições e o funcionamento de gêneros textuais/dicursivos e tipologias textuais/dicursivas e as questões relativas a leitura, análise ou produção de textos orais ou escritos parecem estar reservados à LTD. Do mesmo modo, pesquisas que focam em problemas advindos do uso da linguagem e resultam em intervenções nas mais diversas áreas de atuação humana (educação, saúde, direito, administração pública e privada, serviços de teleatendimento, segurança pública)<sup>7</sup> tendem a fazer parte exclusivamente do escopo de atuação da LA.

7. Para uma noção da abrangência de estudos desse tipo, consultar Oliveira (2019).

Quando essas fronteiras se impõem, o que parece prevalecer é a própria prática da disciplina enquanto espaço social de legitimação do conhecimento e, ao mesmo tempo, de construção de argumentos aceitáveis. Trata-se de um lugar de troca e reconhecimento, uma espécie de matriz de discurso e debates legítimos com normas compartilhadas, exemplos comuns e referências autorizadas (Maingueneau, 2005). Em outras palavras, “o sentido clássico de disciplina” (Oliveira, 2019, p. 706).

Mas e quando a pesquisa se volta, por exemplo, para questões de representações discursivas de identidades, para comportamentos discursivos fluidos em ambientes virtuais ou reais decorrentes dessas representações ou para práticas sociais (profissionais) discursivas? Parece

que se está aqui diante de interseções que serão resolvidas com base nas escolhas do/a pesquisador/a, com todas as subjetividades (por que não?) que isso implica.

A título de exemplo da complexidade do tema, listam-se aqui algumas linhas de pesquisa retiradas de programas de pós-graduação do Brasil<sup>8</sup> que trabalham com a LA e alguns dos seus tópicos de estudo: linguagem e trabalho (tratando, entre outras questões, da linguística sistêmico-funcional, análise crítica do discurso e linguística de *corpus*, e estudos textuais em abordagens enunciativas); linguagem e sociedade (estudos da linguagem no campo aplicado com ênfase em práticas sócio-discursivas diversas); estudos críticos da linguagem (com olhar atento sobre as operações ideológicas do discurso e relações de poder); discursos e letramentos (investigando processos de interação com textos de diferentes tipologias dentro de contextos culturais complexos por meio de sistemas semióticos variados); discurso e práticas sociais (processos multissemióticos de produção, circulação e interpretação de significado em contextos socioculturais móveis e dinâmicos); discurso e transculturalidade (processos discursivos e experiências culturais em sua diversidade, entrecruzamentos e interpenetrações, considerando também a interação com alteridades histórico-culturais e linguísticas nas práticas de tradução, produção e interpretação textual); processos discursivos da linguagem verbal e não verbal (análise dos processos discursivos da linguagem verbal e não verbal em diferentes suportes e modalidades); língua e cultura na competência comunicativa (a inter-relação e interdependência entre língua, cultura e identidades); interação e práticas discursivas (investigação de práticas discursivas sob a perspectiva da interação e como dimensão constitutiva do sujeito e do sentido); e, por fim, texto, léxico e tecnologia (fenômenos linguísticos no âmbito do texto, em seus níveis macro e micro, do léxico e da semântica cognitiva, semântica computacional, linguística de *corpus* e tradução, com ênfase também em seus aspectos culturais e tecnológicos). Não parece que tais linhas de pesquisa poderiam também figurar em programas da área da LTD?

8. Essas informações foram retiradas de Magalhães (2019), que procede a um verdadeiro raio-X no contexto da pós-graduação brasileira: “Além do LAEL [Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem] da PUC-SP [pioneiro no Brasil], há Programas de Pós-Graduação, cujo nome contém o termo Linguística Aplicada, em mais seis instituições de ensino brasileiras, a saber: UNICAMP, UECE, UFRJ, UnB, UNISINOS e UNITAU” (Magalhães, 2019, p. 758). Como se pode ver, foram consideradas apenas as que possuem LA no nome, porém há outras universidades brasileiras que também trabalham com Linguística Aplicada em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

9. Outros fatores seriam: diversidade de tradições científicas mesmo dentro de determinada região geográfica, variedade de disciplinas de apoio (especialmente Antropologia e Sociologia nos EUA e Psicanálise, Filosofia e História na França), posicionamentos heterogêneos, privilégios de tipos de *corpus* motivados por diferentes posicionamentos, a tomada em consideração do aspecto da atividade discursiva e o fato de investigadores não linguistas terminarem usando a AD como instrumento de interpretação (Maingueneau, 2005).

Quando reflete sobre a heterogeneidade da AD (ou, em suas próprias palavras, “tendências francesas” da AD), Maingueneau (2005) passa a elencar uma série de fatores que a justificam<sup>9</sup>, entre eles:

*o caráter aplicado, ou não, da investigação: a análise do discurso é muito sensível, por natureza, ao que é socialmente pedido. É certo que não é possível traçar uma linha divisória clara entre investigação aplicada e investigação não-aplicada (hesito em dizer desinteressada...), mas de qualquer modo o facto de se optar por este ou aquele objectivo tem consequências decisivas sobre o processo no seu conjunto (Maingueneau, 2005, p. 88) [grifos meus]*

Perderia então a LA sua exclusividade do caráter aplicado? Perguntas desse tipo são difíceis de responder e demandariam longas reflexões, a começar por sobre o que se toma como *disciplina*. De sua parte, a LA coloca-se como uma disciplina que busca compreender a crescente complexidade da linguagem nas mais diversas práticas sociais de um mundo em constante transformação, por isso se propõe a dar conta dos fluxos e performatizações:

Vário/as estudiosos/as vêm se contrapondo à ideologia representacionista pelas lentes de uma visão performativa de linguagem (Butler, 1997; Briggs, 2007; Pennycook 2010, por exemplo). Seguindo o rastro de filósofos como Austin (1962), Wittgenstein (1958), Foucault (1982) e Derrida (2013), colocam em xeque os graus de abstração, autonomia e fixidez impostos à linguagem em favor de uma perspectiva que a concebe como prática. A noção de ação linguística prioriza, não a estrutura da linguagem ou sua função referencial, mas sim sua atuação em contextos interacionais concretos e os efeitos de sentido neles engendrados. A ideia de performatividade na linguagem contempla a dinâmica entre persistências (repetição) e rupturas (transformações), apurando o olhar para as fissuras e os vazamentos dentro da norma. Elege, assim, a imprecisão, a efemeridade e o fluxo como aspectos centrais do processo de significação. (Moita Lopes e Fabrício, 2019, pp. 717-718)

Nesse sentido, ao considerar os processos de significação através da provisoriedade e da dinâmica repetição-transformação, a LA não só reflete sobre ideologias linguísticas persistentes, como imagina outras formas de pensar, conhecer e interrogar para dar conta, por exemplo, de dimensões normalmente esquecidas como trajetórias de texto (itinerários múltiplos de textos em movimento, como os fenômenos virais na internet), multisemioses (diversos signos em

jogo apontando para o mesmo referente e movimentando-se multidirecionalmente) e indexicalidade (o apontar indexical para um amplo repertório semântico do qual fazem parte discursos, narrativas, convenções reguladoras e posições de sujeito hierarquizadas). Sobre essas outras epistemes, argumentam Moita Lopes e Fabrício (2019):

Precisamos, talvez, do que Mignolo (2000) nomeou de conhecimento de fronteira (*border gnosis*) para dar conta do “incremento exponencial da zona de contato, da superfície de atrito, da diversidade de trajetórias... e das misturas” (Fabrício, 2017, p. 612). Isso significa dizer que necessitamos operar com outra lógica, com outras teorizações, metodologias e categorizações que dêem conta 1) da mobilidade dos significados que são performatizados aqui e ali; 2) das mudanças que experimentamos, inclusive somaticamente, em um mundo altamente tecnologizado e superdiverso; e 3) dos artefatos culturais e recursos semióticos (textos, imagens e vídeos, por exemplo) que surgem em lugares inesperados etc. (Blommaert e Rampton, 2011; Pennycook, 2012; Moita-Lopes e Fabrício, 2018). Todas essas mudanças nos levam ao confronto com perplexidades sociais incontáveis em nossa modernidade em transição. (Moita Lopes e Fabrício, 2019, p. 715)

Assim, quer na LTD, quer na LA, ou melhor ainda na “zona de contato” entre ambas, se há o desejo de tratar e analisar os fatos científicos de forma individual, considerando suas diferenças ou peculiaridades consistentes, suas flutuações e movimentos naturais, em oposição a tentativas de estabelecimento de leis gerais, isso requer de fato o exercício de outros modos de imaginação epistemológica. Por isso, quando se fala em “possíveis aproximações entre a LTD e a LA”, defende-se neste artigo a necessidade de epistemologias de fronteira, ou seja, de teorizações sobre a linguagem advindas não necessária nem exclusivamente do campo de estudos linguísticos, mas construídas nos entrecruzamentos disciplinares<sup>10</sup>.

### ALGUMAS CONCLUSÕES “ILIMITADAS”

Embora de forma um tanto arriscada, tentou-se neste artigo mostrar como os limites entre a LTD e a LA são apenas momentâneos e aparentes, no sentido de que refletem escolhas de pesquisador/a. Subjacente a tal posicionamento, está a defesa de que a atual realidade de “trama movente” ou “modernidade em transição” requer outras formas de pensar e fazer ciência, nas

10. A título de exemplo, considera-se como uma epistemologia de fronteira a empreendida pelo interacionismo sociodiscursivo (ISD), que alia teorias advindas da Linguística, da Psicologia Cognitiva, da Filosofia e da Didática de Línguas para dar conta das mais variadas práticas linguísticas. Como não cabe no escopo deste artigo discorrer sobre esse paradigma epistemológico, para uma visão mais aprofundada do assunto, conferir Bronckart, J.-P. (1997). *Activité langagière, textes et discours. Pour un interactionisme socio-discursif*. Lausanne: Delauchaux et Niestlé.

quais as epistemologias de fronteira parecem apontar caminhos não definitivos, mas possíveis. Acredita-se, assim, que “a soma de saberes amplia a visão do objeto, podendo trazer ganhos para todas as partes” (Oliveira, 2019, p. 706).

Em uma entrevista recente, quando questionado sobre o “conflito” entre disciplinas, mais especificamente Linguística e LA, Rajagopalan (2018), respondeu:

Para essas mesmas pessoas [que entendem que o acadêmico tem o dever de enaltecer a disciplina em que atua], as linhas divisórias que separam as disciplinas acadêmicas estão lá para sempre e devem ser respeitadas a qualquer custo, a despeito das crescentes demandas para interdisciplinaridade, transdisciplinaridade etc. Para mim, ao contrário, as disciplinas acadêmicas são apenas áreas de abrigo temporário (e não latifúndios a serem constantemente vigiados e protegidos dos agressores e aventureiros externos). Nada impede que um pesquisador se sinta à vontade em transgredir suas cercas à procura de terrenos mais férteis e adequados a seus interesses no momento. A conduta de um acadêmico/pesquisador deve, a meu ver, ser guiada por um certo espírito de nomadismo. (Rajagopalan, 2018, p. 183)

Este artigo procurou defender, assim como o autor supracitado, que tanto a LTD quanto a LA podem ser “abrigos temporários”, inclusive simultâneos, de pesquisas que tenham interesse na compreensão de práticas linguísticas sob a ótica de práticas sociais complexas que representam, isto é, nas quais o discurso é cada vez mais central em face dos processos de hipersemiotização e da mobilidade crescente de pessoas, textos e discursos. E mais: defender também a possibilidade de ganhos para as duas disciplinas, uma vez que “a troca interdisciplinar deve ser uma via de mão dupla: importamos e exportamos teorias, métodos, achados que possam também contribuir para a outra área” (Oliveira, 2019, p. 705).

Objetos de investigação híbridos e transitórios por natureza não faltam, a exemplo de textos/discursos produzidos por avatares, personagens criados nas *fanfics* ou mesmo travestis, todos elaborados a partir de uma identidade fluida, em redes sociais sejam elas virtuais ou reais; textos/discursos que circulam em meios não convencionais, como portas de banheiro público e chão de ruas, cuja aparente falta de autoria denuncia modos de pensar representati-

vos de pessoas que transitam nesses espaços; ou ainda *performances* de protesto como as atuais *performances* de imunização presentes em fotografias e vídeos postados por pessoas vacinadas nas redes sociais brasileiras, a fim de denunciar a falta de apoio do governo federal à vacinação contra a Covid-19. Enfim, trata-se de textos/discursos multimodais produzidos em contextos bastante específicos e transitórios, que, para serem de fato compreendidos em sua complexidade, demandariam pesquisas igualmente apoiadas em “teorias, métodos e achados” construídos por pesquisadores/as “nômades”, no sentido dado a esses termos por Oliveira (2019) e Rajagopalan (2018), respectivamente.

Como se pode ver, o desafio é imenso, mas não impossível, sobretudo quando se tem em mente não a busca de respostas definitivas, mas o feitiço contínuo de perguntas que motivam a busca incessante de respostas momentaneamente satisfatórias.



## REFERÊNCIAS

- Adam, J.-M. (1990). *Éléments de linguistique textuelle*. Liège: Pierre Mardaga.
- \_\_\_\_\_. (1999). *Linguistique textuelle. Des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan.
- Beaugrande, R. d. (1980). *Text, Discourse and Process. Toward a multidisciplinary science of texts*. London: Longman.
- Beaugrande, R. d. & Dressler, W. (1981). *Introduction to text linguistics*. London: Longman.
- Bentes, A. C. (2001). Linguística textual. In: MUSSALIM, F; BENTES, A.C. (org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez.
- Benveniste, E. (1966). *Problèmes de linguistique générale* (vol. 1). Paris: Gallimard.
- \_\_\_\_\_. (1974). *Problèmes de linguistique générale* (vol. 2). Paris: Gallimard.
- Borba, R. (2016). *O (des)aprendizado de si: transexualidade, interação e cuidado em saúde*. Rio de Janeiro, Fiocruz, p. 237.
- Camargo, M. (2019). *Acuenda esse bajubá!: indexicalidades e interseccionalidades nas performances narrativas de uma travesti quilombola*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRJ, p. 201.
- Carvalho, A.M. (2013). *Práticas de letramento queer na sala de I/LA: discursos e performances identitárias em fricção*. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de Mestrado. Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, p. 255.
- Celani, M. A. A. (2004). Transdisciplinaridade na Linguística Aplicada no Brasil. In: I. SIGNORINI e M. CAVALCANTI (org.) *Linguística Aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras, pp. 129-142.
- Coutinho, A. (2019). *Texto e(m) Linguística: teorias, cruzamentos, aplicações*. Lisboa: Edições Colibri.
- Fabício, B. F. (2006). Linguística aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. In: L.P. da MOITA LOPES (org.). *Por uma Linguística Aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, pp. 45-65.

Fonseca, F. I. (1994). Deixis, dependência contextual e transposição fictiva: contributos para uma teoria enunciativa da ficção. In: \_\_\_\_\_. *Gramática e Pragmática: Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*. Porto: Porto Editora, pp. 87-103.

Freitas, L.F.H. & Moita-Lopes, L.P. (2019). Vivenciando a outridade: escalas, indexicalidade e performances narrativas de universitários migrantes. *RVBLA*, 19(1):147-172. <https://doi.org/10.1590/1984-6398201913696>.

Halliday, M. A., & Hasan, R. (1976). *Cohesion in English* (12<sup>ed.</sup>). London-New York: Longman.

Koch, I. (2004). *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes.

Magalhães, J. S. de. (2019). A Linguística além da descrição, além do ensino, além de si mesma. *Calidoscópico*. Vol. 17, n. 4, dezembro de 2019, pp. 753-764.

Mangueneau, D. (2005). As categorias da análise do discurso. In: Menéndez, F. (org.) *Análise do Discurso*. Lisboa: Huguin, pp. 81-105.

Marcuschi, L. A. (2008). *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial.

Melo, G.C.V. & Moita-Lopes, L.P. (2014). Ordens de indexicalidade mobilizadas nas performances discursivas de um garoto de programa: ser negro e homoerótico. *Linguagem em (Dis)curso*, 3:653-673. <https://doi.org/10.1590/1982-4017-140312-4413>

Miranda, F. (2010). *Textos e gêneros em diálogo: uma abordagem linguística da intertextualização*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Moita-Lopes, L. P. (2009). Da aplicação de Linguística à Linguística Aplicada indisciplinar. In: R. C. PEREIRA e P. ROCA (orgs.). *Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, pp. 11-24.

Moita-Lopes, L. P. & Fabrício, B. F. (2019). Por uma 'proximidade crítica' nos estudos em Linguística Aplicada. *Calidoscópico*. Vol. 17, n. 4, dezembro de 2019, pp. 711-723.

Oliveira, M. C. L. de. (2019). Apenas mais um modo de fazer Linguística Aplicada. *Calidoscópico*. Vol. 17, n. 4, dezembro de 2019, pp. 699-710.

Pêcheux, M. & Fuchs, C. (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In F. Gadet e T. Hak (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia Mariani et alii. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

Pêcheux, M. (2011.) Especificidade de uma disciplina de interpretação (A Análise de Discurso na França). Tradução de Solange Leda Gallo. In: ORLANDI, E. P. Análise de discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados. Campinas: Pontes.

Rajagopalan, K. (2003). *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola.

\_\_\_\_\_. (2018). Entrevista com Kanavillil Rajagopalan, por Rogério Casanovas Tílio. *Policromias*, ano III, dezembro de 2018, pp. 181-187.

Widdowson, H. G. (1979). *Explorations in Applied Linguistics*. Oxford: Oxford University Press.

